

**PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA E
CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO PARA EXERCER FUNÇÕES NA DIREÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**Aviso (extrato) n.º 20824/2022, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 210, de 31-10
Oferta n.º OE202210/0829 publicada na Bolsa de Emprego Público**

ATA 3

Ao décimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu nas instalações da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), o júri do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de Assistente Técnico do mapa de pessoal não docente e não investigador da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, para o exercício de funções na Direção de Recursos Humanos, e constituído pela Licenciada Carla Maria Antunes da Graça Silva, que preside, pelo 1.º Vogal Efetivo, Licenciada Anabela da Silva Lourenço Almeida e pelo 2.º Vogal Efetivo, Licenciada Anabela de Almeida Pereira.

A presidente do Júri deu início à reunião propondo a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação de formulários apresentados em sede do exercício do direito de participação dos interessados e elaboração de lista definitiva de ordenação de candidatos.
2. Marcação da data para a realização do primeiro Método de Seleção (Prova de Conhecimentos) do concurso supracitado.


Assim, e quanto ao ponto um da ordem de trabalhos, o júri começou por verificar que, até ao termo do prazo para o exercício do direito de participação dos interessados, foram apresentadas 29 pronúncias.

Procedendo à análise das alegações e evidências apresentadas pelos candidatos no exercício do seu direito de participação, o Júri deliberou face aos pedidos apresentados, de acordo com os seguintes fundamentos:

Ana Catarina Godinho da Silva - A candidata candidatou-se a um posto de trabalho para o qual se exige o 12.º ano de escolaridade. Tendo sido notificada da decisão de exclusão por ausência da apresentação do comprovativo dessa habilitação, utiliza o formulário em fase de audiência dos interessados para reiterar que possui habilitação superior. Tendo utilizado o período disponibilizado para o efeito, sem ter apresentado o certificado do 12.º ano, não apresenta nas suas alegações evidências para o Júri alterar a decisão tomada. É de indeferir a sua admissão ao concurso.

Ana Cátia Pereira Nunes - A candidata candidatou-se a um posto de trabalho para o qual se exige o 12.º ano de escolaridade. Tendo sido notificada da decisão de exclusão por ausência da apresentação do comprovativo dessa habilitação, utiliza o formulário em fase de audiência dos interessados para reiterar que possui habilitação superior. Tendo utilizado o período disponibilizado para o efeito, sem ter apresentado o certificado do 12.º ano, não apresenta nas suas alegações evidências para o Júri alterar a decisão tomada. É de indeferir a sua admissão ao concurso.

Ana Filipa Marques do Nascimento - A candidata não apresenta nas suas alegações, evidências e fundamentos, para o Júri alterar a decisão de exclusão. É de indeferir o pedido.



Analtina da Boa Morte Afonso - A candidata apresenta nas suas alegações evidências para o Júri considerar que detém a habilitação própria de acesso ao lugar posto a concurso - 12.º ano. É de deferir a sua admissão ao concurso.

Andreia Filipa Costa Nunes - A candidata candidatou-se a um posto de trabalho para o qual se exige o 12.º ano de escolaridade. Tendo sido notificada da decisão de exclusão por ausência da apresentação do comprovativo dessa habilitação, utiliza o formulário em fase de audiência dos interessados para reiterar que possui habilitação superior. Tendo utilizado o período disponibilizado para o efeito, sem ter apresentado o certificado do 12.º ano, não apresenta nas suas alegações evidências para o Júri alterar a decisão tomada. É de indeferir a sua admissão ao concurso.

Carla Cristina Belo Menezes Cardoso - A candidata não apresenta nas suas alegações fundamentos para o Júri alterar a decisão de exclusão. É de indeferir o pedido.

Carla Patricia Rocha Canha - A candidata apresenta nas suas alegações evidências para o Júri considerar que detém a habilitação própria de acesso ao lugar posto a concurso - 12.º ano. É de deferir a sua admissão ao concurso.

Cátia Filipa Moreira dos Santos - O júri, ao analisar as alegações apresentadas pela candidata, considerando o disposto no artigo 87.º do CPA, verifica que não se inclui na contagem o dia em que ocorre a publicação na BEP, a partir da qual o prazo começa a correr, além de se suspender nos sábados, domingos e feriados. Os serviços acusaram a receção da candidatura, encaminhando-a para o júri, órgão competente para aferir e se pronunciar sobre o conteúdo das candidaturas. Não se encontrando fundamentos para alterar a decisão tomada, será de indeferir o pedido.

Cláudia Vanessa da Silva Vigário de Almeida Vaz - A candidata candidatou-se a um posto de trabalho para o qual se exige o 12.º ano de escolaridade. Tendo sido notificada da decisão de exclusão por ausência da apresentação do comprovativo dessa habilitação, utiliza o formulário em fase de audiência dos interessados para reiterar que possui habilitação superior. Tendo utilizado o período disponibilizado para o efeito, sem ter apresentado o certificado do 12.º ano, não apresenta nas suas alegações evidências para o Júri alterar a decisão tomada. É de indeferir a sua admissão ao concurso.

Elisabete Fernanda Fernandes Moura - A candidata apresenta nas suas alegações evidências para o Júri considerar que detém a habilitação própria de acesso ao lugar posto a concurso - 12.º ano. É de deferir a sua admissão ao concurso.

Filipa Saraiva e Silva Rodrigues Branco - O júri, ao analisar as alegações apresentadas pela candidata, considerando o disposto no artigo 87.º do CPA, verifica que não se inclui na contagem o dia em que ocorre a publicação na BEP, a partir da qual o prazo começa a correr, além de se suspender nos sábados, domingos e feriados. Os serviços acusaram a receção da candidatura, encaminhando-a para o júri, órgão competente para aferir e se pronunciar sobre o conteúdo das candidaturas. Não se encontrando fundamentos para alterar a decisão tomada, será de indeferir o pedido.

Filipe José Batista Godinho - O candidato apresenta nas suas alegações evidências para o Júri considerar que detém a habilitação própria de acesso ao lugar posto a concurso - 12.º ano. É de deferir a sua admissão ao concurso.

Helena Cristina Tavares Pinto - O júri, ao analisar as alegações apresentadas pela candidata, considerando o disposto no artigo 87.º do CPA, verifica que não se inclui na contagem o dia em que ocorre a publicação na BEP, a partir da qual o prazo começa a correr, além de se suspender nos sábados, domingos e feriados. Os serviços acusaram a



receção da candidatura, encaminhando-a para o júri, órgão competente para aferir e se pronunciar sobre o conteúdo das candidaturas. Não se encontrando fundamentos para alterar a decisão tomada, será de indeferir o pedido.

Hernâni de Jesus Fernandes - O candidato não apresenta nas suas alegações fundamentos para o Júri alterar a decisão de exclusão. É de indeferir o pedido.

Iêda Rodrigues Leite Bezerra - A candidata não apresenta nas suas alegações fundamentos para o Júri alterar a decisão de exclusão. É de indeferir o pedido.

Isabel Cristina Campilho Rego da Silva Fernandes - A candidata apresenta nas suas alegações fundamentos para o Júri considerar que detém a habilitação própria de acesso ao lugar posto a concurso - 12.º ano. É de deferir a sua admissão ao concurso.

Maria da Conceição Virginio do Espírito Santo - A candidata apresenta nas suas alegações evidências para o Júri considerar que detém a habilitação própria de acesso ao lugar posto a concurso - 12.º ano. É de deferir a sua admissão ao concurso.

Maria Manuela Talina Fernandes Mendes Palas - A candidata candidatou-se a um posto de trabalho para o qual se exige o 12.º ano de escolaridade. Tendo sido notificada da decisão de exclusão por ausência da apresentação do comprovativo dessa habilitação, utiliza o formulário em fase de audiência dos interessados para reiterar que possui habilitação superior. Tendo utilizado o período disponibilizado para o efeito, sem ter apresentado o certificado do 12.º ano, não apresenta nas suas alegações evidências para o Júri alterar a decisão tomada. É de indeferir a sua admissão ao concurso.




Marta Eliana Marques Pereira - A candidata apresenta nas suas alegações evidências para o Júri considerar que detém a habilitação própria de acesso ao lugar posto a concurso - 12.º ano. É de deferir a sua admissão ao concurso.

Marta Isabel Ascensão Pacheco - A candidata não apresenta nas suas alegações fundamentos para o Júri alterar a decisão de exclusão. É de indeferir o pedido.

Patrícia Madeira Figueiredo Lopes - O candidato apresenta nas suas alegações evidências para o Júri considerar que detém a habilitação própria de acesso ao lugar posto a concurso - 12.º ano. É de deferir a sua admissão ao concurso.

Raiane Toledo Dias - A candidata apresenta nas suas alegações evidências para o Júri considerar que detém a habilitação própria de acesso ao lugar posto a concurso - 12.º ano. É de deferir a sua admissão ao concurso.

Renato Miguel Gonçalves Tavares Correia da Silva - O candidato candidatou-se a um posto de trabalho para o qual se exige o 12.º ano de escolaridade. Tendo sido notificado da decisão de exclusão por ausência da apresentação do comprovativo dessa habilitação, utiliza o formulário em fase de audiência dos interessados para reiterar que possui habilitação superior. Tendo utilizado o período disponibilizado para o efeito, sem ter apresentado o certificado do 12.º ano, não apresenta nas suas alegações evidências para o Júri alterar a decisão tomada. É de indeferir a sua admissão ao concurso.



Sandra Bernardino Borges - A candidata apresenta nas suas alegações evidências para o Júri considerar que detém a habilitação própria de acesso ao lugar posto a concurso - 12.º ano. É de deferir a sua admissão ao concurso.

Sara Miriam Ribeiro Franco - O júri, ao analisar as alegações apresentadas pela candidata, considerando o disposto no artigo 87.º do CPA, verifica que não se inclui na contagem o dia em que ocorre a publicação na BEP, a partir da qual o prazo começa a correr, além de se suspender nos sábados, domingos e feriados. Os serviços acusaram a receção da candidatura, encaminhando-a para o júri, órgão competente para aferir e se pronunciar sobre o conteúdo das candidaturas. Não se encontrando fundamentos para alterar a decisão tomada, será de indeferir o pedido.

Sirlayne Candida Rodrigues Monteiro - A candidata candidatou-se a um posto de trabalho para o qual se exige o 12.º ano de escolaridade. Tendo sido notificada da decisão de exclusão por ausência da apresentação do comprovativo dessa habilitação, utiliza o formulário em fase de audiência dos interessados para reiterar que possui habilitação superior. Tendo utilizado o período disponibilizado para o efeito, apresentou um certificado obtido no Brasil, sem equivalência, não apresenta nas suas alegações evidências para o Júri alterar a decisão tomada. É de indeferir a sua admissão ao concurso.

Tammye Grassi Moraes - A candidata candidatou-se a um posto de trabalho para o qual se exige o 12.º ano de escolaridade. Tendo sido notificada da decisão de exclusão por ausência da apresentação do comprovativo dessa habilitação, utiliza o formulário em fase de audiência dos interessados para reiterar que possui habilitação superior. Tendo utilizado o período disponibilizado para o efeito, apresentou um certificado obtido no Brasil, sem equivalência, não apresenta nas suas alegações evidências para o Júri alterar a decisão tomada. É de indeferir a sua admissão ao concurso.

Tânia Isabel Madeira Rações - A candidata apresenta nas suas alegações evidências para o Júri considerar que detém a habilitação própria de acesso ao lugar posto a concurso - 12.º ano. É de deferir a sua admissão ao concurso.

Telmo Filipe Fernandes Fonte - O candidato apresenta nas suas alegações evidências para o Júri considerar que detém a habilitação própria de acesso ao lugar posto a concurso - 12.º ano. É de deferir a sua admissão ao concurso.

Durante o prazo de audiência prévia, a candidata **Carla Sofia Gomes Sabrosa Peixoto Duarte** enviou um e-mail a solicitar informação sobre o projeto de lista de candidatos admitidos/excluídos, tendo obtido a resposta que a sua candidatura não foi rececionada. Os serviços interpelaram-na no sentido de apresentar prova desse envio, uma vez que estes não a receberam. A candidata mostrou evidências que existiram problemas técnicos entre o envio e a receção da sua candidatura, tendo este facto sido verificado pelos serviços informáticos desta Faculdade, e fazendo prova que a mesma foi remetida dentro do prazo para o efeito. Nesse pressuposto, foi solicitado à candidata para reenviar a sua candidatura. Depois de analisada, o júri deliberou admiti-la ao presente procedimento, uma vez que a mesma reunia todos os requisitos.

Mais deliberou o júri pela aplicação a todos os candidatos agora admitidos do primeiro método de seleção obrigatório, prova de conhecimentos, tendo aprovado a lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos que constitui o anexo I da presente ata.

Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, o júri deliberou que a prova de conhecimentos se realizará no dia


20 de dezembro de 2022, às 10:30 horas, no Edifício C6, na Sala 6.2.53, sita na Faculdade de Ciências, Campo Grande, 1749-016 Lisboa, devendo os candidatos admitidos ser notificados nos termos do disposto da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro.

A lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos, a data e local de realização da prova serão afixados nas instalações da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e publicitados na página eletrónica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (<http://www.ciencias.ulisboa.pt/concursos?id=4053>).

Nada mais havendo a deliberar, foi elaborada a presente ata que vai ser assinada pelos membros do júri presentes.

O Júri:

Presidente



(Carla Maria Antunes da Graça Silva)

1.º Vogal Efetivo



(Anabela da Silva Lourenço Almeida)

2.º Vogal Efetivo



(Anabela de Almeida Pereira)

Anexos: o mencionado